



# Anais da Assembléia

N.º 73

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1983

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Tércio Albuquerque.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado mensagem ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Sr. José Richa, solicitando urgência na elaboração de mensagem do Executivo que venha a reparar de vez as injustiças que o Governo anterior cometeu contra o magistério paranaense, através da Lei número 7208, de 15 de outubro de 1979.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Embora a Lei número 7208/79, tenha um elevado alcance social, que visava primordialmente contemplar com um cargo efetivo os professores suplementaristas com dois ou mais anos de exercício, que não detivessem nenhum outro cargo público, ela mesmo gerou, por outro lado, certas injustiças, como bem podemos constatar em seu parágrafo primeiro, o qual possibilitou que os suplementaristas que fossem ocupantes de outros cargos optassem pelo enquadramento na lei, desde que apresentassem os respectivos pedidos de exoneração do cargo anterior. O proibitivo isoladamente tem sua fundamentação e apoio jurídico, mas, no caso específico de Professores e Especialistas,

em que além de ministrarem aulas suplementares, eram possuidores de um outro cargo público efetivo, de Magistério, a proibição não pode e nem deve prosperar.

Além de ferir um princípio legal, garantido pela Constituição Federal, ou seja, o direito de acumulação remunerada, a Lei número 7208/79, ainda ocasionou outras injustiças como, por exemplo, o não atendimento a ex-professores, suplementares, às vezes contando com mais de dez anos de exercício como e que, pelas diversas circunstâncias, não estavam ministrando aulas suplementares em 16 de outubro de 1979, tendo permitido ainda, que professores novos, recém-formados, com apenas dois anos de suplementarista, conseguissem dois padrões em poucos meses, um pelo enquadramento na lei e outro por nomeação imediata ou até pouco anterior ao ato de enquadramento, em virtude de estarem habilitados em concurso público, realizado em setembro de 1979, enquanto professores do Quadro com um só cargo e que não participaram daquele concurso de 1979, ou que dele participaram e obtiveram classificação que não lhes permitiu ainda serem chamados, continuam até hoje com apenas um padrão e, muitos deles, ministrando aulas extraordinárias que comportam perfeitamente outro padrão.

Entendemos que o que foi acima exposto, justifica o pedido de urgência na elaboração da mensagem do Executivo, que virá em boa hora, fazer justiça a esta combativa e laboriosa classe do magistério paranaense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Alceu Conceição Machado, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, sugerindo que sejam tomadas as providências necessárias para que do anteprojeto da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária conste a criação da Comarca de Ivaí, a ser desmembrada da Comarca de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaí pertence à Comarca de Ipiranga, apesar de apresentar atualmente um desenvolvimento muito maior.

Não existem motivos que justifiquem a permanência de Ivaí como distrito judiciário de Ipiranga. Ivaí conta, atualmente, com uma população de 10.510 pessoas, enquanto Ipiranga possui 10.086 habitantes. Na sede urbana do Município de Ivaí, vivem 1.741 pessoas.

O cidadão de Ivaí quando necessita de serviços da Justiça, é obrigado a deslocar-se até Ipiranga, percorrendo 40 quilômetros de uma estrada que não é asfaltada e que, nos períodos de chuva, permanece quase sempre interditada. Ipiranga não possui ligação asfáltica com as rodovias do Paraná, enquanto Ivaí está ligada asfálticamente com a Rodovia Ponta Grossa - Guarapuava.

Há cerca de cinco anos o Município de Ivaí vem experimentando uma fase de acentuado progresso, especialmente no setor de produção agrícola e suínos. No Município existem cerca de 1.500 pequenas propriedades agrícolas, responsáveis pela produção de feijão, milho, soja, trigo e suínos.

Funciona na sede urbana um posto avançado do Banco do

Brasil S/A, que breve...ente será transformado em agência, em razão do movimento que apresenta.

Por todos esses motivos é justo que se proceda ao desmembramento sugerido, criando-se a Comarca de Ivaí, antiga aspiração de seu povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, Nelson Miguel Friedrich, ofício solicitando imediata extensão da rede de água e esgoto no bairro denominado Vila Paraguaia, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

O Bairro Vila Paraguaia, instalado há cerca de vinte anos, em pleno centro da cidade de Foz do Iguaçu permanece até hoje sem as condições mínimas de vida para seus moradores, que constituem-se de aproximadamente 200 famílias, residentes em pequenos terrenos, nos quais já não é mais possível perfurar-se poços e fossas. E ainda mais grave, os poços e fossas atualmente existentes, pela pequena distância que os separa, confundem-se, de forma que os moradores estão bebendo água contaminada, ocasionando doenças as mais diversas, numa verdadeira situação de insalubridade, extremamente preocupante à saúde pública.

Estudos neste sentido já foram solicitados à SANEPAR, e os moradores reclamam por urgentes providências, dispondo-se até mesmo a pagar o custo das obras, desde que sejam devidamente ressarcidos através de serviços.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, Nelson Miguel Friedrich, ofício solicitando extensão da rede de água para o bairro Portal da Foz, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

O Bairro de Portal da Foz, de há muito reivindica o atendimento desta sua pretensão, a qual consideramos totalmente justa e premente, senão vejamos:

Trata-se de um bairro densamente povoado, no qual operam diversas empresas de pequeno e médio porte, destacadamente na área do comércio. Some-se a isto o fato de que dado à composição geológica do terreno, que apresenta Lage a dois metros do solo, está impossibilitada a construção e perfuração de poços, e também, que o bairro localiza-se bastante próximo da rede já instalada.

Temos a certeza de que a efetivação desta providência virá contentar um grande número de pessoas que terão melhoradas suas condições de vida, e contribuir para o desenvolvimento harmônico de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar estudos visando o asfaltamento da PR-471, no trecho

que liga Campina da Lagoa à cidade de Guaraniaçu, passando pelas localidades de Bela Vista do Piquiri, Guaporé, Bandeira, BR-277 e finalmente, Guaraniaçu,

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do ilustre suplente de Vereador da cidade de Campina da Lagoa, Sr. Antônio Daniel Soares, tal medida visa encurtar distâncias e facilitar o escoamento da produção agrícola daquela rica e progressista região

O deslocamento de Campina da Lagoa para Curitiba é feito através de Ubatã, passando por Cascavel e atingindo a BR-277.

Com o asfaltamento do trecho que vai de Campina da Lagoa, passando próximo ao Distrito de Bela Vista do Piquiri, e as localidades de Guaporé e Bandeira, a distância para se atingir o corredor da soja, seria imensamente diminuída.

Ademais, o asfaltamento do referido trecho viria representar uma substancial economia de petróleo, abrindo-se frentes de trabalho, e seria um marco histórico para o desenvolvimento da região, beneficiando a todos daquelas comunas.

Cremos que, dentro do espírito de encurtar distâncias e implementar os municípios de pequeno porte com estradas que facilitem o escoamento da produção, o atendimento ao nosso pedido será um justo prêmio àquela gente honesta e trabalhadora, que tanto tem lutado pelo engrandecimento do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar estudos para asfaltamento da Rodovia PR-558, ligando Campo Mourão a Araruna - Terra Boa - PR-323, passando pelo Distrito de Malu, Distrito de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da rodovia que liga Campo Mourão à cidade de Araruna, de Araruna a Terra Boa (PR-558), e de Terra Boa até a Rodovia Pacheco Lacerda (PR-323), passando pelo Distrito de Malu, seria um marco histórico no desenvolvimento daquela região, encurtando distâncias e facilitando o escoamento da produção agrícola daquela rica e progressista região.

Vale salientar que o acesso de Campo Mourão até a cidade de Araruna, pela Rodovia PR-558, está em péssimas condições de tráfego, obrigando os usuários a utilizar-se do acesso via Peabiru, o que aumenta o trajeto em cerca de 12 quilômetros.

De igual forma para se deslocar da cidade de Araruna até a cidade de Terra Boa, ou se enfrenta uma estrada em péssimas condições de tráfego ou se desloca até a cidade de Engenheiro Beltrão, via Peabiru, para adentrar a PR-082, que liga Engenheiro Beltrão a Terra Boa, já pavimentada.

Para se deslocar de Terra Boa até a cidade de Maringá, por rodovia pavimentada o usuário vê-se compelido a ir até a cidade de Cianorte, o que aumenta a distância em 32 km, o que seria reduzido com o asfaltamento da estrada que liga Terra Boa à Rodovia Pacheco Lacerda, passando pelo Distrito de Malu.

Levando-se em consideração que está em estudos a implantação de uma usina de álcool no Município de Araruna, o asfaltamento da rodovia ora pretendida seria um justo prêmio para os agricultores daquela região.

Pelo exposto é que achamos que o nosso pedido, além de facilitar as condições de tráfego nos trechos enumerados, traria uma substancial economia de petróleo e facilitaria imensamente o escoamento da produção agrícola e pecuária daquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam enviados esforços na recuperação das pontes, bueiros e aterros destruídos no Município de Campina da Lagoa, em virtude das últimas chuvas que desabaram sobre o município.

Reiterando pedido já formulado pelo ilustre Prefeito de Campina da Lagoa, Dr. Joaquim Antônio de Lima, tal pedido visa recuperar 17 pontes destruídas, 39 bueiros e 5 aterros desmoronados em virtude das últimas chuvas, tornando intransitáveis várias estradas vicinais, impossibilitando o tráfego de veículos, dificultando o escoamento da produção agrícola daquela progressista região.

Apelamos assim, para que dentro da programação dessa Secretaria, seja colocado num plano prioritário as reivindicações do povo e Governo do Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de repassar verbas para o Município de Peabiru, para a manutenção da segurança local.

De iniciativa do ilustre Prefeito de Peabiru, Nelson Proença, visa dar continuidade ao serviço de segurança local, junto à Delegacia de Polícia.

Atualmente o Poder Público daquele município está efetuando pagamento de um funcionário que está à disposição da delegacia de polícia local, num valor de Cr\$ 70.000,00 mensais, além de fornecer em média 700 litros de gasolina para abastecer a viatura policial.

Dadas as dificuldades financeiras por que passa o Município de Peabiru, está se tornando impraticável a manutenção de tais ajudas. Urge, pois, que a Secretaria de Segurança repasse verbas para aquela Prefeitura ou diretamente à Delegacia daquela localidade, a fim de que o setor de segurança não sofra solução de continuidade.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Ministério das Minas e Energia - MME, César Cals de Oliveira Filho, consubstanciado em apelo, para que sejam encetados esforços visando a implantação de um Distrito do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM no Estado do Paraná, para que assim resulte atendida a nossa demanda de desenvolvimento em todos os sentidos, considerando os entraves que este Estado enfrenta nos empreendimentos dessa área, por falta desse distrito.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná ocupa atualmente a nona posição entre os Estados brasileiros, em termos de produção mineral. O Estado contribuiu com 98 por cento da produção nacional de prata, 75 por cento da de talco, 30 por cento da de chumbo, e com 7,5 por cento da de cimento, sendo ainda o terceiro maior produtor de carvão do País;

Possui ainda o Paraná, importantes e estratégicas reservas de xisto pirobetuminoso e urânio. Além do mais, depósitos de fluorita recentemente descobertos sem dúvida permitirão que o Paraná assim, a curto prazo, a vanguarda nacional na produção desse importante elemento;

Segundo dados do SERPRO-MF (Brasília), estão localizadas no Estado do Paraná, cerca de 9.000 empresas de mineração e conexas, fato que explica o crescente número de requerimentos de pesquisas, registrados nos últimos anos. Não obstante essa relevância do Estado do Paraná no Setor Mineral Brasileiro, não conta ainda com um Distrito do DNPM, como ocorre nos demais Estados de igual expressão - ou até mesmo de menor expressão setorial. Continuando assim, o Paraná, subordinado ao Segundo Distrito do DNPM, sediado em São Paulo, o qual mantém uma residência em Curitiba, que conta apenas com dois Geólogos e um técnico em Mineração. Sendo assim, essa residência do DNPM estendida sobre os interesses do Paraná, incompatível com sua expressão e sua crescente expansão do setor mineral, não sendo suficiente para o desempenho adequado das funções que lhe são atribuídas: informação, fiscalização, orientação de processos, etc.

Além de esse Distrito em São Paulo ser desproporcional aos interesses das áreas que ele abrange, deve-se considerar ainda que as empresas de mineração do Paraná, são em sua grande maioria, de pequeno porte, e considerando que todos os seus requerimentos de pesquisas têm de ser protocolados em São Paulo, torna oneroso o processo e impõe dificuldades adicionais e dispêndios de tempo, com evidente prejuízo de suas atividades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios à Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, ao Excelentíssimo Presidente do Conselho Estadual de Educação, Professor Bitencourt Beltrão, ao Presidente da Comissão de Encargos Educacionais, Dr. Paulo Rhoden, e ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do Paraná, solicitando a redução do índice máximo de aumento liberado pelo Conselho Federal de Educação a níveis aceitáveis pela classe estudantil e apelando a que as escolas da rede privada não incluam o índice de produtividade na consideração dos novos valores a serem estabelecidos.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

Atingem níveis insuportáveis, a evasão escolar decorrente dos abusivos aumentos liberados mensalmente, ocasionando grandes dificuldades aos estudantes de Primeiro e Segundo Graus, e também aos universitários. Existem agora, as possibilidades a que nos somemos à luta da União Paranaense dos Estudantes e da União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus, que visam a manutenção do estudantado nas escolas, e a única forma disto acontecer, será se o Conselho Estadual de Educação sensibilizar-se, ao lado da Secretaria da Educação e dos proprietários de estabelecimentos de ensino, que o ônus da crise econômica não pode ser jogado apenas aos estudantes, mas sim todos os segmentos envolvidos devem compre-

ender o grave momento que vivemos, e a exemplo do que já aconteceu em outros Estados, ser autorizado um índice compatível àquilo que os estudantes possam pagar.

**Projeto de Lei:**

**PROJETO DE LEI N.º 88/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Os dirigentes de empresas nas quais o Estado seja acionista majoritário perceberá, a título de honorários, importância nunca inferior à maior remuneração e vantagens pagas a empregado da entidade em que exercer o cargo de direção, acrescidas de 20% (vinte por cento) dos honorários fixados para este cargo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1983.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, TADE UFRANÇA,  
TUGUIO SETOGUTTE, TÉRCIO ALBUQUERQUE e  
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

**JUSTIFICATIVA:**

Na administração indireta do Estado do Paraná ocorrem casos de distorção salarial que caracterizam uma verdadeira distorção administrativa. Diretores de empresas, como as que fazem parte do conglomerado do BANESTADO, da COPEL entre outras, percebem, em muitos casos, remuneração inferior à de alguns funcionários que se encontram sob sua jurisdição.

Essa situação, sem dúvida anômala, deve ser corrigida com a maior urgência, para que se restabeleçam os princípios da hierarquia, indispensáveis para uma boa e eficaz administração.

Nestas condições, adotando uma medida saneadora, já em vigor na administração federal, apresentamos o presente plano de lei, que pretende assegurar aos diretores das empresas que compõem a administração, uma remuneração condigna.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tuguio Setogutte, inscrito.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste dia ocupamos esta tribuna, para fazer uma referência com relação à nossa cidade de Umuarama, da qual temos o privilégio e a honra de representarmos junto com o companheiro Nelson Vasconcellos, da Bancada da Situação, e agradecer à nossa Liderança, colocando-nos à disposição para, em nome desta Assembléia, juntamente com o Deputado Vasconcellos, nos dirigirmos àquela cidade para, mais uma vez, representarmos oficialmente esta Casa Legislativa, juntamente com o companheiro Anibal Khury, homem que acompanhou o desenvolvimento da cidade de Umuarama, desde os seus primórdios, homem que lutou e que, ainda hoje, através dos seus laços de amizade, tem companheiros e sempre, nos momentos oportunos, tem dado a demonstração do seu carinho para com aquele povo, em todas as ocasiões.

Umuarama, que foi fundada em 26 de junho de 1955, hoje completando — mais precisamente depois de amanhã — seus 28 anos de fundação, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, à qual rendemos também a nossa homenagem, hoje, a Hermann Moraes de Barros, o seu diretor-gerente, hoje residente na capital de São Paulo.

Nós, que desde 1962 lá moramos, fomos eleitos inicialmente Deputado Estadual, voltamos na condição de Prefeito e hoje, retornando a esta Casa, daqui fazemos o nosso agradecimento àquele laborioso povo, que sempre nos soube entender, nos soube compreender, seja na vida particular, seja na vida

privada, seja na vida profissional ou politicamente.

Umuarama, hoje com mais de 100 mil habitantes, é o polo de região, polo de região não apenas comercial, político, industrial, como ainda é um polo de região estudantil, um polo universitário, porque não dizer, pois que lá congregam além das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Direito, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, quando, neste ano, teremos a sua primeira formatura, a sua primeira turma que irá se formar, isto conseguido justamente na nossa gestão, ainda como Deputado, e mais precisamente como Prefeito já naquela cidade.

O vocábulo "Umuarama", o seu autor é o professor Francisco da Silveira Bueno, que significa: um lugar ensolarado, alto, de bom clima, propício para o encontro de amigos.

Umuarama, hoje, apresenta-se como o maior parque cafeeiro do Estado, além de ter também o privilégio de ostentar e ter junto ao seu rebanho bovino de corte, o primeiro lugar também, em número de cabeças.

Nós temos, entre os Distritos e Patrimônios, Ivaté, Nova Jerusalem, Perobal, Roberto Silveira, Cedro, Santa Elisa, Vila Alta, Lovat, Herculândia e Serra dos Dourados, sendo que na nossa oportunidade de Prefeito, tivemos a possibilidade de levar prédios escolares novos e telefone, assim como serviço de água potável da SANEPAR nos Distritos de Ivaté, Nova Jerusalem, Distrito de Roberto Silveira, Distrito do Cedro, Distrito de Vila Alta, Lovat e Serra dos Dourados.

Nós, nesta oportunidade em que aqui estamos nesta manhã, fazendo referência à cidade de Umuarama, queremos dizer da nossa satisfação em podermos, desta tribuna, dirigirmos estas palavras para que, numa entonação, eu tenho a certeza absoluta, de todos os seus habitantes e do povo do Paraná, que tem se servido aquela cidade, que tem contribuído decisivamente com a sua população para o engrandecimento de nosso Estado, todas as condições propícias para que, juntos e irmanados, continuemos a trabalhar e a elogiar, pois Umuarama, com a sua presença, a sua pujança, e a sua população, sempre haverá de responder presente para os grandes investimentos e as grandes proposições do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faz hoje, 268 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo está preso, condenado com base na esdrúxula Lei de Segurança Nacional!

Nós temos sido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, cobrados pela Bancada do PDS nesta Casa, tem nos cobrado medidas, por parte do Governo do PMDB que há apenas 90 dias assumiu o Governo, medidas que o PDS, a ex-ARENA, durante 20 anos de mandato neste Estado não tiveram a capacidade de tomá-las. Temos sido, inclusive, provocados pela Bancada do PDS, que tem pretendido inclusive, ironizar a democracia participativa do nosso Governador José Richa. Nós, da região Oeste do Paraná temos a condição de vir para esta tribuna e falar, de cabeça erguida, e falar do orgulho que temos por termos, no comando do nosso Governo, o Sr. José Richa que, mais do que nunca tem prestigiado de maneira compensatória, a nossa região, dentro do seu Governo.

Temos, hoje, dentro do Governo do Estado do Paraná, diversos cargos de suma importância, nas mãos de homens que residem na região Oeste do Paraná; só em Foz do Iguaçu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos dois Chefes de Gabinetes de Secretarias de Estado; mais de meia-dúzia de homens de Foz do Iguaçu, ocupam cargos de relevante importância dentro da Administração do Estado; o Deputado Federal mais vo-

tado em Foz do Iguaçu, o Deputado Nilton Friedrich, ocupa, hoje, uma das Secretarias mais importantes dentro do Governo do Estado — de onde é o Deputado Nilton Friedrich? Da região Oeste do Paraná!

E assim, o nosso Governador tem demonstrado, com equilíbrio, e fazendo jus às palavras “Democracia Participativa” que nós adotamos como “slogan”, na nossa campanha eleitoral e portanto a ele estamos fazendo jus, agora, durante o nosso Governo.

Na última quarta-feira, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tivemos oportunidade de nos reunir com o nosso Governador do Estado, acompanhados pelos Srs. Deputados Caíto Quintana e José Antônio Fonseca, para reivindicarmos uma aspiração de Foz do Iguaçu, e éramos sistematicamente cobrados pela Bancada do PDS e imprensa, e Foz do Iguaçu também reivindicava, um posto, junto à PARANATUR. Fomos até o nosso Governador, de cabeça erguida e tranqüilos porque sabíamos que, em lá chegando, seríamos bem recebidos. E a resposta do nosso Governador não foi outra!

Conquistamos mais um espaço na Administração do Estado do Paraná!

O nosso Governador, José Richa, um homem preocupado também com Foz do Iguaçu e região, deu-nos a oportunidade de indicarmos o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia de Turismo do Estado do Paraná, a PARANATUR, e nós, para fazermos jus mais uma vez a esse “slogan” Democracia Participativa, não faremos o que fazia o PDS até o seu final de mandato, até 15 de março deste ano, não porei lá, um cabo eleitoral meu, em absoluto, nós ouviremos as bases, lá em Foz do Iguaçu, passamos a responsabilidade de indicar esse cargo, aos empresários do empreendimento, no ramo hoteleiro, e eles é que trarão o nome que ocupará esse cargo. É mais uma prova, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da democracia aberta e participativa do Governo do Estado do Paraná, e dos tempos novos que estamos vivendo!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do ilustre Deputado Sérgio Spada que vai nos fazer desviar um pouquinho da rota de nosso pensamento. Ao assacar, ao procurar nos desmoralizar, ao falar de vinte anos de ARENA e de PDS, ele esquece do grande Líder que foi Jaime Canet. Um homem que deu a Foz do Iguaçu, que deu ao Paraná, que nos deu na ARENA o sustentáculo da honestidade, que depois deu a José Richa a vitória.

A pior coisa do mundo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a ingratidão. Jaime Canet, hoje, está em outra fronteira, mas não é por isso que nós vamos deixar de admirá-lo como homem honesto. Quando indicado Governador do Estado do Paraná trouxe ao Paraná a maior estrutura viária, trouxe ao Paraná uma imagem de homem trabalhador e honesto. Este homem Deputado Sérgio Spada, pertenceu à ARENA. Vossa Excelência, nem nós, não temos o direito de atacá-lo, porque ele ajudou o vosso partido e o vosso ilustre Governador, para que pudessem hoje, ter a vitória, para que pudessem tripudiar nos homens nossos do PDS. Não tenho procuração do Deputado, meu amigo Tércio Albuquerque, mas tenho a hombridade de revidar quando a verdade está sendo claudicada. Quando se tripudia, Deputado Sérgio Spada, Vossa Excelência olhe para trás, olhe para o Governador Jaime Canet que depois numa aliança em que levou o Sr. Governador José Richa, ao Governo do Estado.

Nós ajudamos Canet, Deputado Sérgio Spada, nós sustentamos aqui, desta tribuna, verdade, porque seremos incoerentes,

como incoerente foi Vossa Excelência no atacar os governos anteriores. Se atacarmos Jaime Canet, se atacarmos futuramente o Governador José Richa nas suas assertivas, Vossa Excelência um jovem que quer o seu Paraná, que quer ver o seu Paraná no contexto da Nação, no concerto de um dos Estados de projeção onde não haja achincalhe, Vossa Excelência peca quando fala que vinte anos de despotismo, Vossa Excelência ataca companheiros seus de sua bancada, que foram do PP, que tem admiração por Jaime Canet. Vossa Excelência peca numa injustiça, e a pior coisa do mundo é a injustiça. Porque se não fora Jaime Canet, talvez Vossa Excelência não pudesse falar am alto e bom som, que o seu Governador José Richa quer melhorar o Paraná.

E pediria a Vossa Excelência com o devido respeito, quando falasse nos vinte anos, abrisse uma parêntese, dissesse: com exceção do Governador Jaime Canet que com sua vontade férrea, levou o seu Governador do Estado. E nós, estamos aqui unidos, com o PDS, com Tércio Albuquerque, que jamais claudicamos. E quero dizer a Vossa Excelência, Vossa Excelência peca quando fala que o nosso partido talvez tivesse errado. Agora, nós queremos provas, queremos provas, como queremos provas do Deputado Requião quando fala de Paulo Maluf.

Não adianta pegar uma galinha e depená-la ao léu do vento e depois não poder provar. Vossas Excelências vão procurar as penas e vão saber que há de ter justiça. E aqui nesta trincheira, haveremos de dizer a Vossa Excelência — estamos unidos por todas as causas boas que o seu Governador querido quer pelo Paraná. Mas, por favor, dizia o adágio popular: “Não faça a Deus que pague ao diabo!”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Prossegue a greve dos funcionários públicos civis federais, e o que nós vemos é a insensibilidade, a frieza, a indiferença, apenas as ameaças, apenas a predisposição de represálias contra quem pede o mais legítimo, o mais elementar, o mais sagrado, até.

Por esta razão, é que nós queremos enfatizar: a proposta humana é uma questão de prioridade. Quando o Governo Richa, no momento de dificuldades pelos quais está passando o Paraná, na hora mais crítica talvez de nossa história nos últimos tempos, concede o reajuste semestral, concede o décimo-terceiro salário, estes mesmos benefícios merecem respostas agressivas do Governo Federal. Isto patenteia bem claramente que atendimento ao ser humano, que o PDS, a nível de Governo, mesmo no Paraná, jamais aconteceria, porque nunca foi prioridade da estrutura que aí está, dar atendimento ao ser humano que trabalha, aquele que nós demonstramos, nesta tribuna, às vezes percebe até mesmo que o salário-mínimo, aquele que padece as dificuldades porque a ele lhe é negado o que há de mais elementar e de mais coerente.

Senhores Deputados, é mais do que clamorosa a tentativa e aberta “desnacionalização” do nosso Brasil. O que nós estamos vendo agora, a proposta do Governo Federal, praticamente sangrando as próprias empresas estatais, nacionais, para ceder como sempre cedeu aos interesses do capital estrangeiro.

Nós sabemos e não temos dúvidas: o Governo instalado tem servido aos interesses dos cartéis, dos trustes, do capital alienígena, mas jamais teve a coragem de assumir o compromisso com a brasilidade, com as teses nacionais, com nossa gente sofrida que vai se acumulando nas periferias das grandes cidades. Gritam em termos de limitação de natalidade; planejamento familiar é uma questão fundamental — é verdade —, mas

quando assistimos até mesmo a bandeira do planejamento familiar para justificar o estágio de miséria a que este Governo cúmplice do capital estrangeiro com a união dessa gente, nós temos que realmente externar nossa repugnância pela forma como é colocada. Já dizia Dwight Eisenhower, ex-Presidente americano, é muito mais fácil, é muito mais higiênico até matar os guerrilheiros no ventre materno do que ter que aniquilá-los mais tarde nas celas ou nas ruas, porque uma população muito grande do Terceiro Mundo poderia colocar em risco os nossos altos padrões de vida.

Foi desta forma, servindo a interesses de multinacionais, da dominação massacrante de um Brasil que está sob as "garras de ferro" do capital estrangeiro, que todas as teses foram desenvolvidas, teses estas que têm merecido e merecem o nosso mais veemente repúdio, por quê? Porque trouxeram e trazem no seu bojo, o pacto com a sordidez, o selo da ignomínia, do descaso, da indiferença contra a nossa gente que clama por Justiça, que clama por um lugar ao sol.

É por isto, que mais uma vez enfatizamos a insensibilidade do Governo Federal, que é poderoso para abrir, como abriu as veias de nosso País às multinacionais, que jamais fiscalizou, controlou, jamais gritou contra os interesses alienígenas, mas que vem massacrando o empresariado brasileiro. Que é responsável, sim, pela atual crise. Não se constrói a prosperidade plantando-a, acenando-a na base de empréstimos, unicamente como tem sido o modelo do nosso País.

Desta forma, Srs. Deputados, o dito Governo Revolucionário transformou o nosso País em hóspede de prosperidade da prosperidade alheia... (É retirado o som) (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O povo brasileiro vive sob a égide de uma Constituição outorgada pelos três ministros militares. Ministros que não tinham e não têm legitimidade para representar o povo, pois, este nunca lhes outorgou tal direito.

Ferindo todo e qualquer princípio jurídico, os homens que tomaram de assalto este País, tiraram dos brasileiros o direito de decidirem sua própria sorte.

Editando pacotes e mais pacotes, vão embrulhando toda a Nação, com uma política entreguista que compromete a própria soberania, nos deixando à mercê dos banqueiros internacionais, que ditam as normas de comportamento econômico.

O PMDB de hoje e o MDB de ontem sempre esteve na vanguarda, defendendo os interesses nacionais, exigindo um tratamento mais humano e dignificante para nossa gente.

Mais recentemente, o ex-Senador Teotônio Vilela, traçou os rumos, através de seu projeto de emergência, que conduzirão o Brasil ao seu verdadeiro caminho.

Com a extinção do MDB e ARENA, os oposicionistas se aglutinaram em torno de uma grande frente democrática. Estávamos como que dentro de um túnel, ali tinham que estar todos os inconformados com o autoritarismo.

Com as primeiras réstias de clareza, necessário se torna uma redefinição urgente. Mister se faz deixar para trás a idéia de que o PMDB é uma grande frente para nos conscientizarmos que somos um partido, mais do que isso, somos o maior Partido de Oposição deste País!

No entanto, para tomarmos consciência de nosso poderio é necessário divulgarmos as idéias básicas de nossa agremiação. E, no momento político em que nos encontramos o que mais urge tornar público é a luta pelas eleições diretas a Presidente da República, a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, bem como as diretrizes de trabalho do eminente Governador

José Richa.

O Presidente da República escolhido pela via indireta, torna-se ilegítimo!

O povo é aliado do processo de escolha ficando o Presidente eleito na cômoda posição de não prestar contas a este mesmo povo, pois, por este não foi eleito.

Queremos uma "Assembléia Nacional Constituinte, soberana, livremente eleita pelo voto direto, obtido, previamente."

Necessário se torna também, a divulgação do programa do Governador José Richa, voltado sobretudo para uma forma de governo em que o povo participe, efetivamente, das decisões governamentais, sendo, portanto, co-responsáveis por esta mesma administração, apontando as falhas e auxiliando na busca das soluções.

O programa do governo Richa, visa acima de tudo que a democracia volte a ser a palavra de ordem em nosso Estado. Exemplo claro tivemos no último dia 17, quando alunos, pais, professores e funcionários tiveram a oportunidade de participar da escolha dos diretores das escolas.

Para divulgar tais idéias centrais do nosso partido é que queremos fazer um apelo à Liderança do PMDB, no sentido de que seja oficiado ao Presidente do Diretório Regional do PMDB, sugestão no sentido daquele diretório solicitar junto ao Tribunal Regional Eleitoral, horário em cadeia estadual, para divulgação das idéias do Partido aqui esboçadas sinteticamente.

A luta pela eleição direta a Presidente da República, por uma Assembléia Nacional Constituinte e no plano regional pela divulgação da idéia de governo do PMDB, cremos ser metas prioritárias a ser divulgadas a todo o povo paranaense.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAITO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acredito que as eleições realizadas no domingo último, terão desdobramentos diversos, no decorrer do tempo. Eleições limpas; eleições onde se conclamaram pais, alunos, professores e funcionários, para que escolhessem em lista tríplice, os diretores de escolas. Eleições que marcaram um novo tempo do ensino, no Paraná; eleições que, por certo, farão com que toda a comunidade de professores e estudantes, participe mais ativamente da vida escolar dos seus estabelecimentos.

Falo que desdobramentos acontecerão ainda no decurso do tempo, porque me deparo com uma notícia no jornal "O Estado do Paraná", onde o Diretor Álvaro Skiba, do Colégio João Zacco Paraná, da cidade de Planalto, envia carta ao Governador, falando de irregularidades no pleito eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como em todas as comunas, o pleito de Planalto, decorreu dentro da forma estabelecida pela Secretaria da Educação. E o diretor daquele estabelecimento, hoje queixoso ao Governador, e neste jornal, concorreu com todos os direitos que lhe assistia a sua função de professor. Concorreu e foi derrotado, pelos votos de pais, alunos, professores e funcionários. Teve a sua oportunidade numa eleição livre e democrática, de vencer as eleições, e não o conseguiu, havendo perdido para uma outra professora. Alega, este jornal, na carta enviada por aquele diretor: para todos aqueles que neste Parlamento, oriundos da região de Fronteira, têm conhecimento pleno, de que lá temos interventores nomeados pelo Governo, uma mentira cristalina a ser desmascarada em primeiro plano, nesta Casa, dizendo que para que se conseguisse a eleição da professora Odete Piaia, foi mobilizada toda a estrutura do Estado e do município.

O Município de Planalto, como todos os municípios da Área de Segurança Nacional, possui Prefeitos nomeados pelos



Governos anteriores, de responsabilidade do Governo Federal, e não acredito que o Prefeito de Planalto tenha mobilizado um único veículo, tenha proferido uma única palavra, para que o Professor Álvaro Skiba não fosse o Diretor. E se assim tivesse acontecido, se por ventura a Prefeitura, que é do PDS, tivesse trabalhado contra esse Diretor, seria uma prova sobeja e cabal, de que não possui condições para dirigir aquele estabelecimento. Cita que os votos foram feitos a lápis. Tivemos oportunidade quando da eleição para Governador, Sr. Deputado, Senador, Prefeitos e Vereadores, do último 15 de novembro, de constarmos que aquela eleição, bem mais importante do que a eleição de diretores de escola, pela amplitude dos cargos que estavam sendo votados, em muitas e muitas urnas, eleitores votaram a lápis.

Mas, quero dizer nesta Casa, devido ao curto espaço de tempo, que estaremos apresentando aqui, o resultado de uma sindicância naquele colégio, aonde este ex-Diretor, explicará entre tantas coisas, o uso indevido de um veículo, com o dinheiro da Secretaria da Educação, para a campanha política na última eleição. Esta sindicância mostrará, porque é que pais, alunos, professores e funcionários, preferiram votar na outra candidata.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, para esclarecer a esta Casa, a denúncia infundada sobre o procedimento da Secretaria da Saúde e suas vinculadas, publicada no jornal "O Estado do Paraná", edição de 22.06, Coluna Austeridade.

Diz a denúncia o seguinte: pela primeira vez, nos últimos anos, Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, a Fundação Hospitalar, deixou de convocar frigoríficos para participarem de concorrência para o fornecimento de carne, para as entidades mantidas ou subvencionadas pela Secretaria do Dr. Cordoni.

Marchantes tradicionais, só ficaram sabendo o resultado da licitação, ganhou Frigorífico Pioneiro, com preços salgados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta denúncia não corresponde a verdade, a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, entidade vinculada à Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, agiu corretamente, no que diz respeito à concorrência pública, para compra de carne bovina, frango limpo e filé de peixe, destinados ao abastecimento dos hospitais da rede estadual.

Prova disto é constatada em edital publicado no "Diário Oficial do Estado", do dia 26 de abril, página 34, e no jornal "Gazeta do Povo", edição do dia 23 de abril, rodapé da página 11, cujos xerox destas tomadas de contas estão aqui em nosso poder.

Após as publicações, seis empresas do ramo de carne, retiraram a carta-convite no setor competente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

São elas: João Manne & Cia., Irmãos Schroeder & Cia. (Aves Princesa), Frigorífico Pioneiro, Legs Representações Comerciais Ltda., Niposul Ltda. e Representações São Francisco de Paula Ltda., três delas responderam a carta-convite, entrando em concorrência pública: Frigorífico Pioneiro, Representações São Francisco de Paula e João Manne.

A Fundação de Saúde, firmou contrato com as três empresas e não exclusivamente com o Frigorífico Pioneiro. Este ganhou a concorrência para o fornecimento de carne bovina, enquanto que a São Francisco de Paula está fornecendo frango limpo e a João Manne está fornecendo filé de peixe aos hospi-

tais da rede, até o final de julho, quando finda o contrato e se abrirá nova licitação.

A Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, informa que os produtos foram adquiridos a preço de mercado, ficando os fornecedores comprometidos à entrega sistemática dos gêneros alimentícios nas Casas de Saúde, administradas pela Fundação.

E assim queremos dizer aos Srs. nobres Deputados, a imprensa e a todos os interessados, que estará a disposição o processo de concorrência de quem o desejar, na Comissão de Licitação da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

E queremos, nesta oportunidade, também dizer que a campanha de vacinação anti-poliomielite, iniciada no dia 11 de junho e que encerrará no dia de hoje, obteve êxito total embora a situação climática adversa com as estradas bastante danificadas pelas chuvas obtiveram um êxito e chegaremos a um percentual a quase noventa por cento das crianças, até a idade de cinco anos, vacinadas no Estado do Paraná.

E quero registrar, neste momento, o meu voto de congratulações ao Secretário da Saúde, aos seus assessores e à comunidade paranaense, que de uma maneira direta ou indireta cooperou para este grande êxito que foi a vacinação anti-poliomielite no Paraná.

E antes de encerrarmos, queremos convidar a todos os nobres Deputados desta Casa, aos funcionários, a imprensa, para participarem do vigésimo oitavo aniversário do município de Umuarama, que a presença dos Srs. muito nos honrará, como disse o nobre Deputado Tuguio Setogutte.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência consulta o PMDB se fará uso dos 25 minutos restantes do seu horário.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. Com a palavra o nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ocupamos o horário da Liderança do meu partido na manhã de hoje, para fazer alguns reparos ao pronunciamento agressivo e infundável do Sr. Deputado Sérgio Spada, que representa o Governo do Estado, na minha região, que tenho a honra de lá fazer política ao longo dos anos.

Deputado Sérgio Spada, aguerrido defensor da democracia participativa implantada pelo PMDB em nosso Estado, se emociona ao falar e perde-se na sua linguagem agressiva como sempre.

Disse que, ao longo dos anos, o PDS e a antiga ARENA comandou este Estado, em Foz do Iguaçu, não com a sua participação, como hoje está tendo.

Relatou, emunerou algumas figuras de Foz do Iguaçu que participam hoje do Governo do Estado, não declinando os nomes, mas nos fez lembrar o que nós temos conhecimento. O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Tércio Albuquerque, Vossa

Excelência experiente como é, homem que veio de Foz do Iguaçu, onde já foi Vereador, e também Prefeito, conhecedor das lides políticas, nós lhe rendemos a nossa homenagem Dizia Vossa Excelência e pediria até que seguisse aquela frase de Jesus Cristo: "errar é humano e perdoar é divino"

Talvez o Deputado Sérgio Spada esteja nos atacando, seguindo mais um adágio popular que diz, "não se atira pedra em árvore que não tem fruto".

Então, ele está procurando nos desmoralizar. Mas, esse julgamento, eu queria dizer a Vossa Excelência que talvez, se tivéssemos dentro da campanha política um revés, a nossa esperança repousa, como repousa a esperança de Vossa Excelência. Convivemos quantos anos aqui Deputado Tércio Albuquerque.

que, e vemos em Vossa Excelência um defensor intransigente de sua terra e de sua gente. Homem que não vem aqui, na tribuna, dizer palavras que atacam. Homem no qual eu acho, que eu e Deputado Sérgio Spada, deveríamos nos espelhar, porque Vossa Excelência procura juntar os fragmentos desta democracia claudicante para levar em benefício de sua terra.

Então, Vossa Excelência está de parabéns, está de parabéns Foz do Iguaçu, quanto tem Vossa Excelência como seu representante legítimo e como tem também o Deputado Sérgio Spada. Só que ele no seu afoitismo, na sua vontade de servir o Paraná, não lembra dos outros que não estão por baixo. Estamos no mesmo nível. Não temos o Governo do Estado, mas temos uma parcela do povo que nos mandou para cá.

Vossa Excelência está de parabéns e saiba Vossa Excelência que daqui há quatro ou três anos, nós haveremos de ver o seu esforço alcançado. O seu esforço pelo bem-estar da sua terra e da sua gente. O seu esforço inatacável.

Deputado Tércio Albuquerque, Vossa Excelência tem o nosso aplauso e o Deputado Sérgio Spada, tem o nosso perdão. Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu agradeço a participação de Vossa Excelência Deputado Gabriel Manoel, que veio com seu aparte responder algumas das denúncias infundadas do Deputado Sérgio Spada, às quais eu não tive oportunidade ainda de responder, entretanto, antes de continuar o meu pronunciamento, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado Tércio Albuquerque, eu sei que julguei desnecessário citar nomes, porque Vossa Excelência como homem de Foz do Iguaçu, deveria ter conhecimento...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Mas eu conheço e vou relatar os nomes...

O Sr. Sérgio Spada — Deveria ter conhecimento, eu declinarei os nomes, os nomes de Foz do Iguaçu que hoje estão junto com José Richa, administrando este Estado do Paraná.

Como eu falei no meu pronunciamento, o Deputado Nelson Friedrich, o mais votado de Foz do Iguaçu, é Secretário do Interior; o Dr. Jorge Chamecki ocupa hoje o cargo de Chefia de Gabinete da Secretaria da Agricultura; Dr. Hélio Levi ocupa a Chefia do Gabinete da Secretaria de Segurança; Dr. Caetano ocupa Assessoria Jurídica da Secretaria da Indústria e Comércio; o Dr. Roberto Lange é coordenador do Parque Barigüi no ITC. Só aqui tem mais de cinco nomes, e coisa que não acontecia e não aconteceu durante vinte anos de administração da ARENA e PDS, Deputado, Vossa Excelência há de convir, e eu falo, cito e dou o exemplo aqui. Hoje eu entrei com um requerimento nesta Casa que prova o abandono a que foi relegada Foz do Iguaçu durante todo este tempo.

Temos a Vila Paraguaia, Vossa Excelência conhece muito bem onde se localiza aquele bairro, é no centro da cidade. É um bairro com mais de vinte anos e até hoje não tem rede de água e esgoto. Hoje estou fazendo um requerimento para que providências sejam tomadas. É esse o exemplo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Qual é o bairro?

O Sr. Sérgio Spada — A Vila Paraguaia.

Só esse exemplo caracteriza o estado a que ficou relegado Foz do Iguaçu, como de resto toda a região Oeste do Paraná.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado pela lembrança dos nomes que eu conheço, que não foram tirados de Foz do Iguaçu, apenas por representar Foz do Iguaçu, e nós podemos relatar durante a nossa fala o porque eles estão aqui.

Mas o Deputado Sérgio Spada querendo assacar contra nossa pessoa, quando participávamos do Governo do Estado, dizendo que ele não costuma indicar para os cargos, cabos eleitorais seus, e agora eu vou relatar todos os cabos eleitorais seus que já estão em cargos em Foz do Iguaçu.

O Governador José Richa que eu acredito e tenho certeza, bem intencionado em instituir as direções que o Governo tem nos municípios do Paraná, tem procurado indicar, nomes e muitos cargos ainda hoje estão vagos, porque as pressões são grandes para que ele indique quem competência não tem para ocupá-los.

Vejam os Foz do Iguaçu, o Diretório Municipal do PMDB, que não tem o direito de vir a esta tribuna, analisar problemas de economia doméstica. Entretanto se faz necessário, pela agressão recebida hoje nesta Casa, o diretório reuniu-se e mandou uma lista para o Sr. Governador José Richa, com nomes para o preenchimento dos cargos em Foz do Iguaçu, para o Distrito Sanitário daquele Município, foi escolhido pelo Diretório Municipal do PMDB e não pelo Governador José Richa.

O Sr. Sérgio Spada — Nem pelo Deputado Sérgio Spada.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — O Sr. Médico Nelson Mendes, cabo eleitoral número um do Deputado Sérgio Spada, que dizem, inclusive, em Foz do Iguaçu, que gastou dinheiro na campanha do Sr. Deputado Sérgio Spada; problema dos dois.

Mas quem é Nelson Mendes?

Não só por ser cabo eleitoral, recebeu o Governador José Richa pelas mãos do competente advogado Álvaro V. de Albuquerque, um documento assinado por todos os hospitais de Foz do Iguaçu, com a classe médica representada em peso e se pronunciando contra este médico, que não é benquisto pela classe, em Foz do Iguaçu.

O Sr. Sérgio Spada — Tudo manipulado pelo PDS.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Nelson Mendes teve o seu hospital fechado pela Polícia Federal, denúncia recebida por um ex-funcionário seu, um médico que trabalhava no seu hospital, que disse que o hospital do Sr. Nelson Mendes fabricava doentes fantasmas, para receber dinheiro que não é seu, que o INAMPS paga pelos internamentos ali acontecidos.

O Sr. Sérgio Spada — Na época, ele era cabo eleitoral de Vossa Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Nunca foi cabo eleitoral meu, graças a Deus.

O Governador José Richa seguiu essa nomeação. Não queria fazê-la, mas sob pressão do Diretório Municipal do PMDB de Foz do Iguaçu, trazidas pelo representante legal, Deputado Sérgio Spada, acabou nomeando o Sr. Nelson Mendes.

O DETRAN de Foz do Iguaçu — a CIRETRAN local — também tem um cabo eleitoral do Sr. Sérgio Spada, que disse que não nomeia cabos eleitorais para os cargos; ele foi candidato a Vereador pelo PMDB. Não tenho nada contra essa pessoa, apenas estou relatando, porque fomos obrigados a dizer isso. Foi candidato a Vereador. Alfaiate naquele município, não entende de CIRETRAN. Não houve nem um curso para que ele se preparasse. E ele assumiu lá por ser o quê? Cabo eleitoral do Sr. Sérgio Spada e ex-candidato a Vereador pelo PMDB.

Para a Inspeção de Ensino de Foz do Iguaçu, foi feita uma eleição — o Deputado Sérgio Spada sabe disso — com cerca de 200 professores, para que se formasse uma lista quintupla. Foi realizada essa eleição com a fiscalização do Sr. Do Brandino da Silva, hoje Presidente do PMDB local de Foz do Iguaçu, e Vereador daquele município. Eleita a lista, a Senhora Eva Terezinha Vera fora a sexta mais votada, ou seja, a quinta, empatando com um professor mais velho do que ela que lhe cedeu o lugar, para que ela entrasse na lista quintupla. Era cabo eleitoral fiel do Sr. Sérgio Spada, e minha inimiga, digo, minha inimiga porque ela foi exonerada pelo Sr. Secretário Edson Machado, da Educação...

Sr. Sérgio Spada — Pedido de Vossa Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Pedido meu. Ótimo! E foi pedido meu sim, porque recebi esse pedido do Diretório Muni-



cipal do meu Partido, de professores, de pais e alunos daquele estabelecimento. Então ela foi exonerada. Hoje é inspetora. Nem sequer foi eleita, porque era a quinta colocada, mas era também cabo eleitoral do Sr. Sérgio Spada.

E o CETREMI - Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante - um órgão importantíssimo - agora, diga-se de passagem, Sr. Sérgio Spada - em todos esses cargos estavam cabos eleitorais meus, mas eu nunca disse que não nomeio cabo eleitoral. Nomeio mesmo. Eles trabalham, eles lutam e eu os nomeava. Por quê? Porque eles tinham competência e eu desafio quem diga, que os que detinham esses cargos não tinham competência. Vai para o CETREMI de Foz, ou deve ter sido nomeado ontem, um irmão do Sr. Dobrandino, Presidente do PMDB.

Eu não sou contra, Deputado Sérgio Spada, a essas nomeações de cabos eleitorais. Acho até que é um dever seu. Se hoje você é governo, se hoje você manda, nomeie seus cabos eleitorais, mas não assaque contra nós que ontem nomeávamos. Nós nomeávamos porque era um direito nosso; hoje, o direito é seu. Mas não adianta querer tapar o sol com a peneira; querer vir aqui à Assembléia nos degladiarmos, sem haver necessidade, porque o que era feito ontem, está sendo feito hoje. E Vossa Excelência sabe disso, principalmente na cidade de Foz do Iguaçu.

Bom, estava em Foz do Iguaçu, sem ganhar um tostão, e eu disse para Vossa Excelência, um irmão meu, na Coordenação do IPE. Ele pediu demissão, não recebeu um tostão e o IPE não está querendo pagar. Ele me fez uma consulta se entrava com ação no Ministério do Trabalho e eu lhe disse que não havia necessidade, que deixasse isso para lá.

Quem é que vai para o lugar dele? Um outro cabo eleitoral seu, Dr. Ademar, um médico de Foz do Iguaçu. Não é cabo eleitoral meu.

Então, nós temos que pôr as coisas nos seus devidos lugares. E a Paranatur, Deputado Sérgio Spada? Sabe por que Vossa Excelência não conseguiu a Presidência da Paranatur para Foz do Iguaçu? O Governador José Richa até queria dar aquela Presidência para Foz. Mas, e os nomes apresentados? Cabos eleitorais do nobre Deputado Sérgio Spada. Turismo é coisa diferente. Não podemos misturar turismo com política, porque a Paranatur é um órgão importantíssimo, apesar de estar hoje alijada, sem recursos para bem administrar a política turística do Paraná. Ela sofre, ela tem pequenos recursos.

O Governador José Richa não aceitou a lista mandada pelo Diretório de Foz do Iguaçu e nomeou um dos mais competentes empresários do turismo paranaense: o Dr. Alceu Velozzo, que não era da sua lista, Deputado, mas que José Richa foi tirá-lo da comunidade de Londrina e da comunidade de Foz, pela competência do Dr. Alceu Velozzo, que não quis continuar na Paranatur, porque é alijada do processo, porque a Paranatur, hoje, é mesquinha, não tem recursos condizentes e compatíveis com a realidade do turismo de nosso Estado. Alceu Velozzo renuncia. O que fez o Governador José Richa? Com o direito que lhe assiste, o Governador pegou uma pessoa capaz, altamente capacitada, que estava na diretoria administrativa, e o levou à Presidência da Paranatur. O Governador José Richa analisou primeiro, tenho certeza absoluta.

Vossa Excelência foi corretíssimo ao ser pressionado pela comunidade. Vossa Excelência foi, na quarta-feira passada, ao gabinete do Governador, acompanhado por lideranças políticas de Foz, do seu Partido, e conseguiram, com muita facilidade porque o Governador queria dar para Foz, uma diretoria. Vossa Excelência, na rádio Cultura de Foz, disse que não aceitava nenhum cargo de segundo escalão, a não ser a presidência.

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência está equivocado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Não. Está lá, a fita gravada.

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência então, traga a fita.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Mas o Governador, Sr. Pre-

sidente, Senhoras e Srs. Deputados, foi correto com Foz do Iguaçu. Disse: "escolham uma pessoa competente que entenda de turismo, e é de Foz do Iguaçu a diretoria administrativa e financeira".

Ótimo. Eu venho aqui aplaudir o que o Governador José Richa fez por Foz do Iguaçu. Não lhes deu a presidência, mas lhes deu uma diretoria. Se Foz souber trazer uma pessoa competente, que possa se promover nesta diretoria de segundo escalão, quem sabe, dentro de poucos meses, será o presidente da Paranatur.

Mas, se vier, simplesmente, um amigo, só porque é amigo, correto. Mas o Governador deve ter-lhe dito: "Sérgio, escolha direito, faça uma consulta à comunidade de Foz do Iguaçu e me traga um bom nome".

O Sr. Sérgio Spada - Nós levamos uma proposta para ele, Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Tenho a certeza que o

Governador deve ter feito isso. Porque, antes de ser Governador, eu conhecia José Richa. Não é possível que ele tenha mudado de 90 dias para cá. Não acredito que ele mude. Está em suas mãos. Mas, a Paranatur, Deputado, Vossa Excelência disse que Foz não tinha ninguém no Governo. Tinha o presidente e o diretor técnico de Foz do Iguaçu. O Sr. Ernesto Gubert é de Foz, tanto quanto o Dr. Caetano, que Vossa Excelência citou, tanto quanto o Dr. Hélio Levy, que Vossa Excelência citou. Ele era subgerente do Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu, e foi tirado de lá para assumir a Presidência da Paranatur. O Dr. Wilson Fortes é de Foz do Iguaçu. O Sr. conhece a família dele? O pai dele é dono do Caesar Park Hotel de Foz do Iguaçu. Ele criou-se lá. Ele é de Foz do Iguaçu e estava na Diretoria Técnica da Paranatur. Ambos nunca foram meus cabos eleitorais, Deputado Sérgio Spada. Bom que tivessem sido, porque eu demonstraria força, e eu não pedi a oportunidade. Apenas o Governador Ney Braga me fez uma consulta desses dois nomes, e eu apoiei na hora, porque eram pessoas capacitadas, tanto é que fizeram uma boa administração. Não fizem melhor Deputado, e ninguém vai fazer se a Paranatur continuar como está, sem recursos para o turismo. Mas, vamos ver. Vossa Excelência converse com o Dr. Fernando Ghignone que tem idéias que não são compatíveis com a realidade porque as idéias dele, sabe Vossa Excelência, quais são? De fazer turismo cultural, e de romaria. Isto, não dá nada para o Paraná. Isto não traz recursos para o Paraná. Turismo de romaria e turismo cultural, não cabe no Paraná. O Paraná tem que ser agressivo, tem que entender que turismo é indústria, que turismo é comércio e que turismo, tem trazido divisas para o nosso País, em especial para Foz do Iguaçu, uma das cidades mais conhecidas no mundo inteiro por aqueles que turismo fazem, por aqueles que fazem, do turismo, o seu lazer no cotidiano.

O Sr. Anibal Khury - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Concederei aparte ao Deputado Anibal Khury, a quem respeito muito.

O Sr. Anibal Khury - Obrigado. Deputado Tércio Albuquerque, esta discussão entre Vossa Excelência e o Deputado Sérgio Spada faz me lembrar de um episódio pitoresco vivido nesta Casa ao tempo em que presidia este Poder, o saudoso Deputado Guataçara Borba Carneiro. Liderava a Oposição, o Deputado Lopes Munhoz que, não satisfeito com o Presidente Guataçara por indeferir algumas questões de ordem, disse do plenário que o Deputado Guataçara não tinha autoridade moral para presidir esta Casa, porque houvera nomeado o seu próprio filho, para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A resposta do Presidente Guataçara foi a seguinte: "Ué! Vossa Excelência queria que eu houvesse nomeado o meu?". O problema é este. Nós estamos no Governo, vamos nomear, os nossos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Foi isto que eu disse, Deputado, que quando eu era Governo, eu nomeei os

meus, agora é a vez deles. Só que não é necessário ficarem assacando contra nós, dizendo que no passado eram cabos eleitorais, e hoje não o são.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Tércio Albuquerque, vamos por parte: O Dr. Nelson Mendes possui o único hospital que existe em Santa Therezinha, no município hoje, de Santa Therezinha.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Não. Existem dois hospitais, Deputado. Vossa Excelência não conhece o outro?

O Sr. Sérgio Spada — Não. Só existe um.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Mas como, Deputado?

O Sr. Sérgio Spada — Existe um ambulatório

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Mas como, Deputado?

O Sr. Sérgio Spada — O único hospital de Santa Therezinha é o hospital de propriedade do Dr. Nelson, que foi denunciado e respondeu a um processo, na Polícia Federal. Isto ninguém esconde. É público e notório. Mas hoje ele se encontra com a certidão em mãos, de que foi absolvido no processo. Se foi absolvido - quem o julgou foi a Polícia Federal, a Justiça Federal - acho que não convém a nós, entrarmos no mérito da decisão, se foi justa ou injusta. O fato é que ele está absolvido; quer dizer, esse seu argumento não tem fundamento nenhum.

Agora, está acontecendo uma coisa, em Santa Therezinha Itaipu, que é um verdadeiro crime que está sendo cometido contra aquela comunidade: Santa Therezinha é um município, nobre Deputado, e não tem um hospital condigno para atender toda aquela população.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Vossa Excelência sabe como é que foi construído o hospital do Dr. Nelson?

O Sr. Sérgio Spada — Eu acho que isso não vem ao caso.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Ah! Não vem ao caso?!

O Sr. Sérgio Spada — Não vem ao caso, muito. Como foi construído.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Ah! Não vem?!

O Sr. Sérgio Spada — Como foi construído? Foi construído com tijolos, areia ...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Ah! Foi assim?!

O Sr. Sérgio Spada — Está lá o hospital, um dos melhores da região, muito bem equipado, muito bem aparelhado. Agora, se Vossa Excelência quiser remexer no passado, Vossa Excelência sabe muito bem que o Dr. Nelson era da Arena e trabalhou para o PDS em outras campanhas, Vossa Excelência sabe.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Nunca foi filiado no meu Partido.

O Sr. Sérgio Spada — Eu conheço o passado recente, porque o conheço, eu o defendo. Outra coisa, Deputado, Vossa Excelência afirmou também, que na rádio eu teria dito que não aceitaria, de maneira alguma, um cargo na Paranatur que não fosse a presidência. Não é verdade. Eu falei e afirmo. Nós estávamos brigando pela presidência da Paranatur e vimos com esse firme propósito. O nosso Governador nos colocou, da inconveniência de dar a presidência para Foz do Iguaçu e nos deu uma diretoria que, achamos que pela sua argumentação, viria nos satisfazer. Nós aceitamos esta proposta, nobre Deputado, a fita está gravada, obviamente.

Eu acho que a comunidade de Foz do Iguaçu está satisfeita com o nosso Governador, o próprio empresário do setor turístico de Foz do Iguaçu.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu acabei de dizer que eu estou satisfeito e faço parte da comunidade.

O Sr. Sérgio Spada — Exatamente. Eu até fico feliz por ver que Vossa Excelência está usando o bom senso. Nobre Deputado, com relação à proposta de turismo do Secretário da Cultura e Esportes, é uma proposta que Vossa Excelência vai ter oportunidade de perceber no futuro, dará resultado. É cedo fazermos futurologia, dizendo de antemão, que o que vai ser feito em termos de Paranatur...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Posso responder essa posição sua? Eu até lhe peço, não diga isso aos empresários de turismo de Foz, que turismo cultural e turismo de romaria vai surtir efeito. Não diga isso, por favor.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado, Vossa Excelência tem conhecimento que na maioria dos Estados, a Secretaria, os órgãos ligados ao turismo, são vinculados à Secretaria de Cultura e Esporte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu alego ignorância e até estou tendo mais subsídios de sua parte para o meu conhecimento. Eu não sabia disso.

O Sr. Sérgio Spada — Pois bem. Isso é uma realidade. Há cidades, países que vivem do turismo, como a Itália e a Espanha, o turismo lá é unicamente ligado à cultura. E está lá o sucesso. Eu não sei por que Vossa Excelência está cético, só pelo fato de ver desmembrada a Paranatur da Secretaria de Indústria e Comércio, e passar para a Secretaria de Cultura.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu não falei isso. Falei da proposta do Secretário.

O Sr. Sérgio Spada — A Paranatur é uma empresa que tem autonomia, e se receber o apoio do Governo do Estado e da Secretaria, que realmente merece, ela terá condições sem sombra de dúvida, de fazer uma boa gestão. O que, infelizmente, não aconteceu antes. A Paranatur, cá para nós, nobre Deputado, até hoje nada fez pelo turismo de Foz do Iguaçu, ou em todo o Estado do Paraná.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Por favor, o Sr. terminou?

O Sr. Gabriel Manoel — Um aparte Deputado, por favor? (Assentimento). Deputado, o Sr. sabe que o Aníbal Khury, nosso companheiro, nosso amigo, disse uma coisa certa. Se eles vão nomear nosso povo. Agora, eles que não se encomodem com o passado quando nós nomeamos nosso povo. O Deputado Sérgio Spada que não venha de "borzequin ao leito" como diz o português. Ele que se importe daqui para frente que é um problema deles. Agora, o nosso problema passado cabe ao povo julgar.

Se Vossa Excelência, como disse o Deputado Aníbal Khury, nomeou seu povo, com muita razão, agora, este é um outro problema do Deputado Sérgio Spada. Que não nos hostilize e que nos deixe, que não venha a falar bobagem sobre o passado, porque no passado, se Vossa Excelência nomeou seus cabos eleitorais com competência, ele estava nomeando cabo eleitoral sem competência.

Então, isto cabe ao povo de Foz do Iguaçu julgar. Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado, Deputado Gabriel Manoel e eu agradeço sinceramente ao Deputado Sérgio Spada, que no final do seu último aparte, não veio mais com suas críticas destrutivas, dizer que não nomeia cabo eleitoral. Eu enumerei aqui quase todos como cabos eleitorais seus, Deputado Sérgio Spada. Agora eu até lhe faço ...

O Sr. Sérgio Spada — ... do meu Diretório, obviamente os meus companheiros, o Diretório meu...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — ... O Diretório é seu.

Nomeie os seus cabos eleitorais, desde que eles tenham condições de vir aqui em Curitiba, representar condignamente Foz do Iguaçu e o Senhor terá o meu aplauso. Eu aplaudi o Governador José Richa que usou do bom senso, foi correto com Foz do Iguaçu, não lhes deu a presidência agora, mas lhe deu a diretoria administrativa e financeira. Traga um nome competente, ouça as suas bases e o cargo é de Foz do Iguaçu. Correto, o Governador José Richa, foi correto. E acredito que o PMDB de Foz do Iguaçu deverá ser correto e ouvir a comunidade, a comunidade do empresariado turístico da minha cidade, da nossa cidade, Deputado Sérgio Spada, da qual também faz parte o Deputado José Antônio Fonseca, o Deputado Caíto Quintana, que são da nossa região, que foram com Vossa Excelência no Palácio dar-lhe respaldo, dar-lhe força, porque três Deputados juntos têm mais força, e o Governador sabe disso.

Três forças comunitárias, três representantes do povo, por fim conseguiram aquilo que Foz deseja, e eu estarei ainda hoje em Foz do Iguaçu, se Deus quiser, se o tempo for bom. Eu estarei ainda hoje em Foz do Iguaçu e vou aplaudir, Deputado Sérgio Spada, aos Deputados que acompanharam e foram a Foz do Iguaçu, como Vossa Excelência.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência registra as visitas nesta Casa de Leis do Sr. Deputado Federal Alencar Furtado e do Sr. Vereador de Curitiba, Aziz Domingos.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 40/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dá nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. (ESTATUTOS DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 40/83

De autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, o presente plano de lei, tem por finalidade dar nova redação ao parágrafo 2º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, possibilitando, assim, o direito ao funcionário público estadual contar em dobro e para todos os efeitos legais, o período de férias que deixou de gozar, dentro dos dois exercícios seguintes ao seu vencimento e dá outras providências.

A matéria está devidamente justificada e quer nos parecer, de justiça a medida ora proposta, que virá beneficiar tanto o funcionalismo público estadual, como também a Administração Pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Aníbal Khury — Relator.

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 40/83

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, dá nova redação ao § 2º, do Art. 150,

da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos), assegurando ao servidor que deixar de gozar as férias, por interesse do serviço, usufruí-las, dentro dos dois (02) exercícios subsequentes ao seu vencimento.

O projeto, como sua própria justificativa esclarece, atende aos interesses da administração, facultando a racionalização dos serviços dentro das repartições e, por outro lado, evita que o funcionário que teve suas férias adiadas no interesse do serviço tenha a ser punido com a prescrição do direito ao seu gozo.

Nestas condições, não poderia ser o nosso parecer senão pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em

(a) Odeni Mongruel — Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 05/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno. (ALTERA O NÚMERO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. nº 28).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/83

1. Ao que conseguimos perceber da iniciativa, a mesma tem por escopo adequar o Regimento Interno, especificamente no que respeita à composição desta Comissão, para integrá-la em nova realidade política verificada com a realização das eleições de 1982.

2. Embora seja costume em toda a constituição de colegiados a fixação de número ímpar, a evitar empates de votação nas deliberações a eles cometidas, a iniciativa reveste-se de guarda legal e jurídica, nada se lhe antepondo.

3. Ademais, neste aspecto, o soberano plenário saberá examinar o mérito da proposta, restando a esta Comissão de Constituição e Justiça, considerar a medida em condições de ser submetida ao crivo dos parlamentares com assento nesta Casa, manifestando-se de forma favorável ao seu conteúdo.

Sala das Comissões, em de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Aníbal Khury — Relator.

#### COMISSÃO EXECUTIVA

##### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/83

Consoante dispositivo regimental (art. 196/R.I.) chega a esta Comissão Executiva, o Projeto de Resolução nº 05/83 de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que tem por finalidade dar nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça, contorna específica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando-se a proposição, temos que a mesma, embora sem a justificativa de seu autor, tem por princípio estabelecer uma composição numérica à Comissão de Constituição e Justiça, em moldes a estruturá-la, estabelecendo-se um equilíbrio entre as bancadas partidárias com assento neste Poder Legislativo, face ao último pleito que determinou a nova composição dos membros desta Casa de Leis.

A Comissão de Constituição e Justiça, face à sua importância no contexto das atribuições regimentais como órgão técnico, deve se constituir em proporção numérica que atenda às finalidades e exigências do Poder Legislativo, o que está a proporcionar a matéria do presente projeto de resolução.

Nestas condições, e em razão do mesmo atender aos interesses deste Poder Legislativo, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) Trajano Bastos — Presidente;

Gernote Kirinus — 1.º Secretário

Francisco Escorsin — 2.º Secretário.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/83, (Mensagem n.º 43/83 e ex-Proposição n.º 47/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio firmado em 14 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública com a interveniência da Sudesul e objetivos que especificam. Município de Foz do Iguaçu e outros daquela região.— Aprovado.

#### PARECER À PROPOSIÇÃO 47/83

Oriunda da Mensagem Governamental n.º 43/83, a presente proposição tem por finalidade o referendo desta Casa, ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública, com interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul, objetivando a continuação de Projeto de Irradicação e Vigilância ANTI AEDES AEGYPTY, no Município de Foz do Iguaçu e outras da Região.

De acordo com o Art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual é de competência do Executivo "ad referendum" da Assembléia Legislativa, a celebração de convênios.

Analisando-se o Convênio em apreço, vemos que o mesmo é de grande interesse público.

Nessas condições somos de parecer FAVORÁVEL, NA FORMA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO, que anexamos. É o Parecer.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Augusto Carneiro - Relator.

Parecer favorável por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, sugerindo providências para que do anteprojeto da nova lei de organização e divisão judiciária, conste a criação da Comarca de Ivaí, a ser desmembrada da Comarca de Ipiranga.— Aprovado.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela ordem) — Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a verificação. Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, queiram levantar-se. Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 8 Srs. Deputados o aprovam, nenhum o rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — das Proposições n.ºs 110/82 e 68/83.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 41 e 55/83.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 22, 40 e 84/83, e dos Projetos de Resolução n.ºs 05 e 60/83.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 03 e 33/83.

Levanta-se a sessão.